

Sessão nº 4 \* 17 de Junho de 2008

«O clero catedralício português e o equilíbrio de poderes em tempo(s) de mudanças (1580-1670)» (Hugo Ribeiro da Silva - Doutorando no Instituto Universitário Europeu de Florença, Itália)

## APRESENTAÇÃO

Dedicar-se-á a atenção na sessão de hoje a um campo muito mal conhecido na historiografia portuguesa: o clero catedralício.

Uma incursão pela bibliografia revela-o à saciedade. São raríssimos os estudos exclusivamente centrados sobre a actividade de cabidos portugueses. Que eu conheça, e que mereçam lugar de relevo, só a dissertação de mestrado de Hugo Silva, defendida na Universidade do Porto em 2005, intitulada - *Os capitulares da Sé de Coimbra (1620-1670)* e um trabalho com já 70 anos, mas que pela primeira vez procurou utilizar de forma sistemática os processos de inquirição *de genere* do cabido da Sé de Braga, para apresentar uma prosopografia de alguns dos cónegos, refiro-me a TÁVORA, Arthur Mendes de Almeida Pacheco de Andrade - *Dignatários da Sé de Braga-Primaz dos séculos XVII e XVIII com extractos genealógicos dos respectivos processos*. Lisboa: Tipografia dos Combatentes da Grande Guerra, 1938.

Para além disto, encontram-se alguns trabalhos de menor fôlego, com referências a aspectos mais circunscritos da actividade de um ou outro cabido, ou visões parcelares e parcimoniosas em estudos gerais sobre dioceses. Refiro apenas três exemplos: MARTINS, Anacleto Pires da Silva - *O cabido da Sé de Portalegre. Acheegas para a sua história*. Portalegre: Cabido da Sé de Portalegre, 1997 (que pouco mais faz do que publicar os Estatutos do Cabido de 1559 daquela catedral alentejana - uma fonte de grande utilidade e de que há originais com datas diversas em vários arquivos eclesiásticos portugueses); de M. Gonçalves Costa - *História do bispado e cidade de Lamego*. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier Lda., 1977-1992. (Obra em vários volumes na qual o seu autor fez uma tão impressionante e sistemática recolha de documentação original sobre a vida da diocese, quanto desorganizada, não sistematizada e com escassíssima capacidade de interpretação dos dados, mas na qual o leitor paciente pode colher imensa informação, dispersa e não analisada coerentemente, sobre o cabido e os capitulares); por fim, num outro género de estudos, permitam-me a ousadia de referir um artigo que eu próprio

escrevi, sobre um aspecto circunscrito (tanto na perspectiva cronológica como temática), é José Pedro Paiva - "As relações entre o Estado e a Igreja após a Restauração: a correspondência de D. João IV para o cabido da Sé de Évora", *Revista de História das Ideias*, 22 (2001), p. 107-131.

De facto, se há sector do clero que teve relevância enorme e sobre o qual se sabe tão pouco e se tem investigado menos, é o do clero capitular.

Relevância que decorre de vários factores:

- da dignidade que conferiam, ou deviam conferir, ao culto e liturgias nas catedrais, transformando as sés diocesanas em espaços de uma mais frequente e grandiosa celebração e vivência do cristianismo;

- pelo governo das dioceses que lhes competia em tempo de sede vacante e que os tornava parte fundamental na administração desta célula essencial da organização administrativa da Igreja;

- pelo poder que detinham - económico, espiritual, social e até político - tanto a nível local como num âmbito nacional;

- pela origem social do seu recrutamento, já que a maior parte dos capitulares, sobretudo nas sés mais ricas e distintas (como Braga, Évora, Lisboa ou Coimbra) tendiam a contar entre os seus membros filhos segundos da grande nobreza e fidalguia nacional ou local, pressentindo-se alguma evolução neste padrão de recrutamento, a qual foi fazendo dos cabidos, gradualmente, corpos constituídos por indivíduos essencialmente oriundos das elites das cidades sedes de diocese;

- pelo recurso aos seus bens, avidamente procurados tanto pela Coroa em momentos de aperto financeiro, como sucedeu, por exemplo após a *Restauração*, como pelos mais pobres habitantes do Reino, regularmente afligidos por não terem que comer e vestir, e que viam na caridade do cabido ou dos capitulares socorro para as suas necessidades.

- e, bem entendido, porque os cabidos se constituíram frequentemente ao longo da Época Moderna, e de modo particular depois do Concílio de Trento, como o poder de contraponto, tantas vezes de oposição franca e declarada ao grande detentor do poder diocesano, isto é, o bispo;

Ora, sabe-se pouco, muito pouco em Portugal sobre este universo, ao contrário do que sucede em Espanha, por exemplo, onde a historiografia sobre cabidos é abundante.

Sabe-se pouco sobre esta gente, os capitulares:

- como e quando se processava individualmente o ingresso nos cabidos?

Quem e como patrocinava as entradas, uma vez que havia lugares providos por nomeação papal, régia, episcopal, ou por concurso?

- Havia um *cursus honorum* interno que ia permitindo uma evolução do estatuto individual, desde simples meios cónegos até às mais altas dignidades de chantre, tesoureiro, mestre escola ou deão?

- E era comum os cabidos serem centros de recrutamento de clérigos para ocuparem outras funções na hierarquia da Igreja, como por exemplo as mitras?

- Qual a exacta origem social e formação académica e religiosa dos capitulares?

- Havia circulação entre capitulares de um cabido para outro ou estes institutos tendiam a cristalizar sobre si?

Sabe-se pouco sobre o que faziam.

- Como se caracterizavam os anos e os dias da vida de um capitular?

- Havia afinidades entre a vida de um chantre de Braga e um meio-cónego de Leiria? O que os aproximava e distinguia?

- O tempo de vida era totalmente dominado pela participação e preparação na vida do coro e actividades religiosas da Sé, ou isso tinha peso irrelevante no quotidiano de todos, ou de muitos? É que havia cónegos pouco residentes, outros que acumulavam cargos nos cabidos e na Inquisição, nas Universidades, em tribunais da Coroa, e, em função dos períodos e das relações com os bispos nos Auditórios episcopais e noutros cargos da vida diocesana, sendo visitantes, por exemplo.

- E que papel tiveram os cónegos que acumularam os benefícios catedrais com a cura de paróquias? É que também os houve. Distinguiam-se dos demais párocos? Foi sistema que se foi banindo devido às imposições tridentinas?

- Houve no decurso da Época Moderna alterações significativas, sobretudo provocadas pela reforma tridentina, que tivessem alterado a vida dos cónegos das catedrais portuguesas?

Por último, sabe-se pouco sobre o funcionamento institucional das instituições que estes cónegos formavam, isto é, os cabidos.

- Há ideia de que eram ricas. Em que se baseava a sua riqueza? Como era administrada? Foi ou não sendo gradualmente limitada à medida que uma série de medidas tomadas pelo poder secular foram restringindo os privilégios das corporações eclesiásticas e do clero no decurso da modernidade?

- Tinham uma cultura organizacional própria que aproximava os diversos cabidos? Ou era muito distinto o governo do cabido de Miranda daquele que se processava no Algarve?

- É hoje ainda evidente que preservaram arquivos onde se conservava boa parte da sua história institucional, mas também da vida da diocese. Partilharam-nos com os bispos? Esconderam-nos deles? Que tipologia documental preservaram e para que serve ela hoje aos historiadores?

- Existiam formas de comunicação e de cooperação institucionalizada entre os vários cabidos, por forma a salvaguardarem os seus interesses face aos outros poderes como os bispos e a Coroa? Ou tenderam a agir isoladamente?

- Que papel tiveram na formação do clero? É que se até à reforma tridentina as escolas catedrais, sobretudo através da dignidade do mestre escola ou de mestres de gramática, latim e canto, como sucedeu por exemplo em Évora e Coimbra, tinham papel de relevo neste plano, não se sabe o que lhes sucedeu após o programa tridentino que visou centrar no bispo e no seminário diocesano esta actividade de formação do clero.

- Que cultos particulares promoveram? Procissões? Estímulo à veneração de relíquias especiais que detinham?

- Foram ou não importantes mecenas da arte religiosa, tanto na catedral, como nas igrejas de que eram padroeiros, pois não se pode olvidar que em todas as dioceses havia um número, por vezes significativo de paróquias que eram da sua apresentação (na de Coimbra estavam sobre sua tutela cerca de 11%, mas já na de Viseu eram apenas 1.1%).

- O que os distinguiu, se é que algo os diferenciava, dos outros padroeiros de igrejas?

- Porque é que a Inquisição, sobretudo pelos finais do século XVI e primeiras décadas do século XVII, fez uma ofensiva e perseguição tão forte em vários cabidos, como sucedeu em Faro (onde o deão foi preso), em Viseu (o que motivou o processo contra o célebre Baltasar Estaço), em Coimbra (com a prisão do professor universitário e cónego António Homem, num turbilhão que co-envolveu outros capitulares)?

Estou certo de que a sessão de hoje, que obviamente não poderá responder integralmente a todo este amplo questionário, nos trará novos conhecimentos sobre muitas delas e, seguramente, novas perspectivas e novos questionários, os quais este sucinto e limitado inventário de problemas que

acabo de expor nem sequer enunciou.

*José Pedro Paiva*